

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO – **CONSEPE**

Secretaria dos Órgãos Colegiados Superiores (Socs)  
Bloco IV, Primeiro Andar, Câmpus de Palmas  
(63) 3232-8067 | (63) 3232-8238 | consepe@uft.edu.br



**RESOLUÇÃO Nº 09 DE 15 DE ABRIL DE 2015**

Dispõe sobre a normatização dos Programas Institucionais: Programa de Acesso Democrático a Universidade (PADU) e do Programa de Acesso Democrático de Indígena e Quilombolas (PADIQ).

O egrégio Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe) da Universidade Federal do Tocantins (UFT), reunido em sessão ordinária no dia 15 de abril de 2015, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, e,

*Considerando* o crescente desenvolvimento de ações de extensão na UFT e a demanda por normatizar programas institucionais, que promovam o acesso democrático de segmentos da sociedade oriundos da Educação Básica das redes públicas, de comunidades quilombolas, negros e de povos indígenas, bem como a permanência desses segmentos sociais na universidade.

*Considerando* que a extensão universitária promove a difusão e troca de saberes, e a participação da população em suas ações, conforme previsto no **Art. 43**, inciso VII da Lei nº 9.394, de 1996. (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional). E conforme **Lei nº 12.711/2012**, **Lei nº 10.639/2003** e **Lei nº 11. 645/2008**. E as Resoluções da UFT: **CONSUNI Nº 14/2013** (Quilombolas) e **CONSEPE Nº 10/2011** (Indígenas).

Por fim, *considerando* a necessidade de normatizar os programas de extensão promovendo impessoalidade e objetividade das ações e transparência na prestação de contas dos recursos públicos aplicados pela administração, em observância ao regime jurídico próprio da administração pública, com a finalidade de valorar a eficiência e eficácia das ações de extensão, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – Consepe,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Aprovar a normatização de programas institucionalizados de ações de extensão – Programas de Acesso Democrático a Universidade (PADU) e do Programa de Acesso Democrático de Indígena e Quilombolas (PADIQ), desenvolvidos e acompanhados pela Pró-reitora de Extensão e Cultura (Proex) no âmbito da Universidade Federal do Tocantins (UFT), conforme anexo único a esta Resolução.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palmas-TO, 15 de abril de 2015.

MÁRCIO SILVEIRA  
Reitor



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

---

**NORMATIVA PARA O PROGRAMA DE ACESSO  
DEMOCRÁTICO A UNIVERSIDADE (PADU) E PROGRAMA DE  
ACESSOS DEMOCRÁTICO DE INDÍGENA E QUILOMBOLAS  
(PADIQ) DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS.**

Anexo único da Resolução nº 09/2015 – Consepe  
Aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão em 15 de abril de 2015



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS**

ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 09/2015 – CONSEPE

**NORMATIVA PARA O PROGRAMA DE ACESSO DEMOCRÁTICO A  
UNIVERSIDADE (PADU) E PROGRAMA DE ACESSO DEMOCRÁTICO DE  
INDÍGENA E QUILOMBOLAS (PADIQ) DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO  
TOCANTINS.**

**TÍTULO I**

**Das Disposições Iniciais**

**Art. 1º** A Extensão universitária da Universidade Federal do Tocantins é entendida como uma atividade indissociável do ensino e pesquisa, portanto, visa articulação e difusão de conhecimentos entre os produzidos pela universidade e comunidade externa, logo seu maior empenho está na troca de saberes e a interlocução da universidade com os mais variados segmentos da sociedade.

**TÍTULO II**

**Das Finalidades**

**Art. 2º** Os Programas de Extensão (PADU/PADIQ) fazem parte da política de extensão da UFT e têm por finalidade estabelecer a igualdade de acesso e oportunidade de egressos de escolas públicas, indígenas e quilombolas, minimizando as consequências históricas de exclusão social-educacional destes segmentos da sociedade, atuando desta forma como política institucional de responsabilidade social da UFT.

**Art. 3º** Os Programas priorizam alunos egressos do Ensino Médio da rede pública da Educação Básica em condições de vulnerabilidade social, negros e comunidades tradicionais tocaninenses (quilombolas e/ou indígenas) buscando assim, alternativas para democratizar as condições de acesso e permanência destes segmentos no ensino superior público federal.

**TÍTULO III**

**Dos Objetivos**

**Art. 4º** São objetivos do PADU/PADIQ:

I - democratizar o acesso e as condições de permanência de segmentos da sociedade tocaninense oriundos dos povos indígenas, quilombolas, negros e alunos egressos de escolas públicas em condições de vulnerabilidade social;

II - minimizar os efeitos das desigualdades raciais, sociais e regionais no acesso, permanência material e simbólica, com vista à conclusão do ensino superior de segmentos da sociedade que historicamente foram alijados dessa modalidade de educação;

III - coadunar com a política de cotas e acesso à universidade do Governo Federal;

IV - reduzir as taxas de retenção e evasão;

V - contribuir para promoção da inclusão social pela educação;

VI - promover a cidadania;

VII - fortalecer a diversidade etnicorracial;

VIII - incentivar a troca de saberes, bem como fortalecimento cultural e valorização das identidades culturais das comunidades tradicionais e da população negra;

IX - amparar ações colaborativas entre professores, técnico-administrativos e acadêmicos no desenvolvimento de atividades de extensão universitária;

X - assegurar ações articuladas com atividades de ensino e pesquisa.

## **TÍTULO IV**

### **Das Ações PADU/PADIQ**

**Art. 5º** As ações deverão ser desenvolvidas prioritariamente nas áreas:

I - educação;

II - apoio pedagógico;

III - apoio psicopedagógico;

IV - atenção à saúde;

V - inclusão digital;

VI - cultura e atividades artísticas;

VII - esporte;

VIII - acesso e democratização à educação;

IX - políticas públicas de empedramento sócio territorial e indenitárias;

X - acesso e democratização às instituições públicas, por meio do conhecimento da administração pública.

## **TÍTULO V**

### **Dos Programas PADU/PADIQ**

#### **Seção I**

#### **Dos Participantes e Coordenação**

**Art. 6º** Os programas (PADU/PADIQ) de extensão na Universidade Federal do Tocantins serão desenvolvidos por professores, técnico-administrativos, grupos de

extensionistas, podendo ocorrer em um ou mais Câmpus da UFT, como também podem envolver institutos, outras instituições e comunidade externa.

**Art. 7º** Poderão participar das atividades dos programas:

- I - docentes do quadro permanente da instituição;
- II - docentes e/ou profissionais de outras instituições;
- III - professores visitantes;
- IV - técnico-administrativos da UFT e de outras instituições;
- V - discentes da UFT;
- VI - discentes de outras instituições de ensino;
- VII - comunidades e/ou segmentos atendidos pelos programas.

**Art. 8º** Poderão participar na função de coordenador dos programas:

- I - docentes do quadro permanente da instituição UFT;
- II - técnico-administrativos do quadro permanente da UFT.

**Art. 9º** Caberá a Coordenação dos Programas (PADU/PADIQ):

- I - elaborar em conjunto com o Comitê Institucional dos Programas os editais dos programas;
- II - acompanhar o cumprimento das diretrizes desta resolução;
- III - responder os recursos dos editais, quando necessário;
- IV - manter atualizado os arquivos administrativos dos programas;
- V - manter atualizado os arquivos digitais (banco-de-dados) dos programas;
- VI - organizar frequências, pagamentos de bolsas e atos administrativos necessário para pleno desenvolvimento dos programas;
- VII - realizar a distribuição das bolsas dos programas;
- VIII - promover atividades (seminários, congressos e eventos) visando à divulgação dos programas;
- IX - orientar e esclarecer os participantes, professores e equipes envolvidas nos programas;
- X - convocar as equipes envolvidas, quando necessário, a desenvolver atividades pertinentes ao bom desempenho das ações dos programas;
- XI - criar instrumentos de acompanhamento e avaliação;
- XII - elaborar relatórios parciais, de acordo com cronogramas dos editais específicos de cada programa;
- XIII - organizar relatório final, quando findado as atividades dos programas estipulado em editais próprios;
- XIV - expedir declarações para os envolvidos, de acordo com cargo e função exercida pelos participantes dos programas;
- XV - disponibilizar no site da UFT todas as informações pertinentes aos programas.

## **Seção II**

### **Da Concessão de Bolsas**

**Art. 10º** As bolsas de extensão com valores, números e durações serão definidas de acordo com os editais específicos dos programas (PADU/PADIQ):

## **Seção III**

### **Da Instituição**

**Art. 11º** Ter uma política de extensão que acolha as necessidades dos segmentos da sociedade atendidas pelos programas, conforme **Lei nº 12.711/2012**, **Lei nº 10.639/2003** e **Lei nº 11. 645/2008**. E as Resoluções da UFT: **CONSUNI Nº 14/2013** (Quilombolas) e **CONSEPE Nº 10/2011** (Indígenas).

**Art. 12º** Delegar a Pró-reitoria de Extensão e Cultura a incumbência de gestão dos programas.

**Art. 13º** A Pró-reitoria de Extensão e Cultura deverá nomear um Comitê Institucional dos Programas (PADU/PADIQ) para dar encaminhamentos das ações e atuar como órgão fiscalizador; participar do comitê:

- I - O Pró-reitor de Extensão e Cultura como presidente do Comitê;
- II - docentes do quadro permanente da instituição UFT;
- III - técnico-administrativos da UFT;
- IV - comunidades e/ou segmentos atendidos pelos programas;
- V - acadêmicos e/ou bolsistas dos programas.

**Art. 14º** O Comitê Institucional dos Programas tem como prerrogativas:

- I - elaborar em conjunto com o coordenador de cada programa os editais específicos;
- II - nomear os coordenadores dos programas;
- III - colaborar na seleção das equipes de cada programa;
- IV - disponibilizar agenda de reuniões periódicas com as equipes diretivas dos programas (PADU/PADIQ);
- V - fiscalizar prestações de contas das coordenações dos programas;
- VI - apresentar conjuntamente com as coordenações dos programas a documentação, quando exigida por órgãos fiscalizadores.

## **TÍTULO VI**

### **Da Concessão, Duração, Benefício e Fomento**

**Art. 15º** Os programas serão fomentados com recursos do PNAES, repassados à UFT, visando atender os **Arts. 1º, 2º e 3º** do Decreto nº 7.234, de 19/07/2010 que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES e/ou com recursos oriundos de outras fontes.

**Parágrafo único.** A concessão de benefício está condicionada a dotação orçamentária repassada à UFT, pelos recursos oriundos do PNAES existentes e/ou com recursos oriundos de outras fontes, observados os limites estipulados na forma da legislação orçamentária e financeira vigente.

**Art. 16º** A duração de benefícios, por meio de bolsa, será estabelecida em edital próprio de cada programa, podendo ser renovada mediante interesse institucional e disponibilidade orçamentária.

**Art. 17º** A gestão dos recursos dos programas terá sua execução realizada pela própria Universidade Federal ou pela Fundação de Apoio, que observará a legislação aplicável e os termos celebrados entre órgãos de fomento, universidade e Fundação de Apoio.

## **TÍTULO VII**

### **Das Disposições Finais**

**Art. 18º** A Pró-reitoria de Extensão e Cultura poderá baixar atos complementares a estas normas, desde que não contrariem as normas desta resolução, mas complementem-as.

**Art. 19º** Os casos omissos serão resolvidos pela Pró-reitoria de Extensão e Cultura em consonância com o Comitê Institucional dos Programas e anuência do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFT (Consepe).

**Art. 20º** Esta resolução entra em vigor a partir desta data.

Palmas – TO, 15 de abril de 2015.